

INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE NO CAMPO DE MÚSICA E GÊNERO NO BRASIL: ALGUMAS ANÁLISES

INTERSECTIONALITY AND DECOLONIALITY IN THE FIELD OF MUSIC AND
GENDER IN BRAZIL: SOME ANALYSES

Linguística & Letras e Artes • 14/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778764132](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778764132)

Sâmia Maria Costa Rodrigues Lima Cantuário¹

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento do campo de Música e Gênero no Brasil a partir de perspectivas interseccionais e decoloniais, discutindo como gênero, raça, classe e colonialidade estruturam desigualdades históricas e contemporâneas no contexto musical brasileiro. A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, fundamentado na articulação entre estudos de gênero, feminismo decolonial, interseccionalidade e pesquisas em música. Inicialmente, o trabalho aborda a relação entre História das Mulheres, movimentos feministas e a consolidação da categoria gênero como ferramenta de análise histórica e social. Em seguida, discute as contribuições teóricas da interseccionalidade e do feminismo decolonial, com destaque para autoras como Joan Scott, Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro e María Lugones. O artigo também problematiza a colonialidade do saber na música, evidenciando como a historiografia musical tradicional e os currículos acadêmicos foram organizados a partir de referenciais eurocêtricos que invisibilizaram mulheres, especialmente negras, indígenas e periféricas. Por fim, analisa a consolidação do campo de Música e Gênero no Brasil, destacando o crescimento das pesquisas acadêmicas, das abordagens decoloniais e das discussões sobre representação feminina, educação musical e epistemologias plurais no cenário musical brasileiro. Conclui-se que a construção de uma epistemologia musical crítica e inclusiva depende da ampliação de perspectivas interseccionais e decoloniais capazes de problematizar as estruturas históricas de exclusão presentes na música e na produção do conhecimento musical.

Palavras-chave: Música e Gênero; Interseccionalidade; Feminismo Decolonial; Colonialidade do Saber.

ABSTRACT

This article analyzes the development of the field of Music and Gender in Brazil from intersectional and decolonial perspectives, discussing how gender, race, class, and coloniality structure historical and contemporary inequalities in the Brazilian musical context. The research is characterized as a qualitative bibliographic study grounded in the articulation between gender studies, decolonial feminism, intersectionality, and music research. Initially, the study addresses the relationship between Women's History, feminist movements, and the consolidation of gender as a tool for historical and social analysis. It then discusses the theoretical contributions of intersectionality and decolonial feminism, highlighting authors such as Joan Scott, Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro, and María Lugones. The article also problematizes the coloniality of knowledge in music, demonstrating how traditional music historiography and academic curricula were organized according to Eurocentric frameworks that rendered women—especially Black, Indigenous, and peripheral women—invisible. Finally, the article analyzes the consolidation of the field of Music and Gender in Brazil, emphasizing the growth of academic research, decolonial approaches, and discussions on female representation, music education, and plural epistemologies in the Brazilian musical landscape. It concludes that the construction of a critical and inclusive musical epistemology depends on the expansion of intersectional and decolonial perspectives capable of problematizing the historical structures of exclusion present in music and in the production of musical knowledge.

Keywords: Music and Gender; Intersectionality; Decolonial Feminism; Coloniality of Knowledge.

1. INTRODUÇÃO

A invisibilização das mulheres na história da música constituiu, durante muito tempo, uma das bases da construção do cânone musical ocidental. A narrativa historiográfica tradicional consolidou a ideia de que as contribuições femininas para a produção musical foram escassas ou secundárias, privilegiando trajetórias masculinas, brancas e europeias como referências centrais da história da música. Entretanto, pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas vêm demonstrando que as mulheres sempre estiveram presentes nos processos de criação, performance, ensino e circulação musical, ainda que frequentemente marginalizadas ou silenciadas pelas estruturas sociais, culturais e acadêmicas (Amaral, 2017; Zerbinatti; Nogueira; Pedro, 2018).

Nesse contexto, consolida-se o campo de estudos denominado Música e Gênero, dedicado à investigação das relações entre práticas musicais, construções sociais de gênero e mecanismos históricos de exclusão e representação. Esse campo busca compreender como as desigualdades de gênero atravessam a produção musical, influenciando o acesso das mulheres aos espaços de criação, legitimação e visibilidade artística (Green, 2001). Mais do que recuperar trajetórias femininas apagadas, os estudos de Música e Gênero propõem uma revisão crítica das narrativas historiográficas tradicionais, questionando os critérios que definiram quais sujeitos e produções seriam reconhecidos como legítimos no campo musical.

Contudo, compreender a marginalização das mulheres na música exige ultrapassar análises centradas exclusivamente na categoria gênero. Em sociedades marcadas pela herança colonial, como o Brasil e outros países latino-americanos, as desigualdades musicais e culturais também são estruturadas pelas relações de raça, classe e colonialidade. Dessa forma, perspectivas interseccionais e

decoloniais tornam-se fundamentais para compreender como diferentes formas de opressão atuam simultaneamente na construção das experiências femininas no campo musical (Davis, 2016; González, 2020; Lugones, 2020).

A perspectiva interseccional evidencia que mulheres negras, indígenas e periféricas experimentam processos específicos de exclusão histórica, frequentemente invisibilizados tanto pela historiografia musical tradicional quanto por determinados discursos feministas hegemônicos. Já o feminismo decolonial permite problematizar a permanência de estruturas coloniais, patriarcais e racistas que continuam organizando a produção do conhecimento, os currículos de música, os repertórios legitimados e os espaços de poder na área musical (Carneiro, 2020; Lugones, 2020).

No Brasil, o desenvolvimento do campo Música e Gênero ocorreu principalmente a partir das últimas quatro décadas, articulando pesquisas historiográficas, musicológicas, educacionais e culturais voltadas à visibilidade das mulheres na música. Embora ainda seja um campo em consolidação, observa-se crescimento significativo da produção acadêmica, especialmente a partir dos anos 2000, com o fortalecimento de grupos de pesquisa, coletivos feministas, eventos científicos e debates interseccionais e decoloniais no âmbito da música (Rosa et al., 2013; Zerbinatti; Nogueira; Pedro, 2018; Cantuário; Ferreira, 2024).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo contextualizar o desenvolvimento do campo de Música e Gênero no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, analisando como gênero, raça, classe e colonialidade estruturam desigualdades históricas e contemporâneas no contexto musical brasileiro. Para

isso, inicialmente discute-se a relação entre História das Mulheres, movimentos feministas e a construção da categoria gênero como ferramenta de análise histórica. Em seguida, são abordadas as contribuições teóricas da interseccionalidade e do feminismo decolonial, com destaque para autoras como Joan Scott, Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro e María Lugones. Por fim, o texto analisa o desenvolvimento do campo Música e Gênero no Brasil, enfatizando pesquisas recentes que problematizam a representação feminina, a produção acadêmica e as epistemologias decoloniais na música.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. História das Mulheres, Movimentos Feministas e Construção da Categoria Gênero

A consolidação dos Estudos de Gênero está diretamente relacionada ao desenvolvimento da História das Mulheres e às transformações promovidas pelos movimentos feministas ao longo do século XX. A partir da década de 1970, pesquisadores e pesquisadoras passaram a questionar criticamente a invisibilização das mulheres nas narrativas históricas tradicionais, evidenciando que sua exclusão não resultava da ausência de participação social, cultural e artística, mas de estruturas patriarcais que historicamente privilegiaram experiências masculinas como universais (Neiva, 2018).

Os movimentos feministas da primeira onda, entre o final do século XIX e o início do século XX, concentraram-se principalmente na luta por direitos civis básicos, como voto feminino, acesso à educação e participação no mercado de trabalho. Posteriormente, a segunda onda feminista, entre as décadas de 1960 e 1980, ampliou

significativamente as pautas políticas ao discutir sexualidade, violência contra a mulher, direitos reprodutivos e desigualdades sociais. Nesse contexto, a categoria “gênero” passou a ser utilizada como ferramenta analítica para compreender as relações de poder historicamente construídas entre homens e mulheres (Scott, 1986).

Joan Scott (1986) compreende gênero como elemento constitutivo das relações sociais, produzido historicamente e atravessado por relações de poder. Essa perspectiva permitiu superar concepções essencialistas que tratavam a mulher como categoria homogênea e natural, possibilitando análises mais complexas sobre desigualdades sociais, culturais e históricas.

A partir da década de 1990, os debates feministas passaram a incorporar de forma mais intensa as discussões sobre raça, classe, sexualidade e colonialidade. Nesse período, feministas negras e latino-americanas passaram a denunciar os limites de um feminismo branco, europeu e burguês, evidenciando que as experiências das mulheres não são universais, mas atravessadas por diferentes formas de opressão (Carneiro, 2020; González, 2020).

2.2. Interseccionalidade, Raça, Classe e Feminismo Decolonial

A perspectiva interseccional tornou-se fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão operam simultaneamente na construção das desigualdades sociais. Angela Davis (2016), ao analisar a experiência das mulheres negras nos Estados Unidos, demonstra que gênero, raça e classe constituem categorias interdependentes, impossíveis de serem analisadas isoladamente. Segundo a autora, mulheres negras sofreram formas

específicas de exploração durante a escravidão, articulando violência racial, econômica e sexual.

No contexto latino-americano, Lélia González (2020) propõe um feminismo afro-latino-americano capaz de compreender as especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira, marcadas pela herança colonial e escravocrata. Sueli Carneiro (2020) também evidencia que a colonialidade produziu formas específicas de marginalização das mulheres negras e indígenas, contribuindo para processos históricos de erotização, invisibilização e exclusão social.

María Lugones (2020) amplia essa discussão ao formular o conceito de colonialidade de gênero, demonstrando que o colonialismo europeu organizou não apenas relações econômicas e raciais, mas também os próprios sistemas de gênero. Para a autora, o sistema moderno-colonial de gênero produziu hierarquias que continuam estruturando relações sociais e culturais nas sociedades contemporâneas.

Assim, o feminismo decolonial emerge como perspectiva crítica comprometida com a problematização das estruturas coloniais, patriarcais e capitalistas que historicamente marginalizaram mulheres negras, indígenas e periféricas. Essa abordagem compreende gênero, raça e classe como categorias articuladas na produção das desigualdades sociais e culturais.

2.3. Colonialidade do Saber, Música e Invisibilização das Mulheres

No campo musical, a colonialidade do saber contribuiu para a construção de uma historiografia centrada em modelos europeus de produção artística. Conforme argumenta Quijano (2005), a

colonialidade atua na produção do conhecimento ao estabelecer hierarquias epistemológicas que legitimam determinados saberes como universais, enquanto marginalizam conhecimentos produzidos em contextos colonizados.

Nesse contexto, a música erudita europeia foi historicamente consolidada como referência universal da arte musical, enquanto práticas musicais afro-diaspóricas, populares e indígenas foram frequentemente subalternizadas. Marcia Citron (1993) afirma que o cânone musical não é neutro, mas resultado de processos históricos e institucionais que selecionam quais sujeitos e repertórios serão considerados legítimos.

Susan McClary (1991) demonstra que a musicologia tradicional frequentemente associou as mulheres ao espaço doméstico e à emotividade, reservando aos homens os espaços de criação intelectual legítima. Dessa forma, compositoras e intérpretes femininas foram historicamente invisibilizadas nos repertórios oficiais, nos currículos acadêmicos e nas narrativas historiográficas da música.

Lucy Green (1997) também evidencia que a educação musical reproduz desigualdades de gênero ao associar determinados instrumentos e práticas musicais ao masculino ou ao feminino. Além disso, os currículos musicais historicamente privilegiaram repertórios europeus canônicos, marginalizando epistemologias afro-brasileiras, práticas populares e experiências musicais periféricas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, fundamentado na articulação entre estudos de gênero, interseccionalidade, feminismo decolonial e pesquisas em música, buscando compreender como essas perspectivas contribuem para a construção de um campo musical mais crítico, plural e representativo no contexto brasileiro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. O Desenvolvimento do Campo de Música e Gênero no Brasil

O desenvolvimento do campo de Música e Gênero no Brasil relaciona-se diretamente às transformações promovidas pelos Estudos de Gênero, pelos movimentos feministas e pelas perspectivas interseccionais e decoloniais nas ciências humanas e sociais. A utilização da categoria gênero como ferramenta de análise possibilitou que pesquisadores e pesquisadoras passassem a questionar criticamente a construção da historiografia musical tradicional e os mecanismos responsáveis pela invisibilização feminina na música.

Historicamente, a historiografia musical brasileira privilegiou trajetórias masculinas, brancas e europeias, legitimando determinados repertórios como modelos universais da produção artística. Nesse contexto, as contribuições femininas foram frequentemente marginalizadas ou associadas apenas ao espaço doméstico e pedagógico. Os estudos de Música e Gênero passaram a problematizar essas estruturas, evidenciando que a ausência das mulheres nas narrativas musicais decorre de processos históricos de exclusão e silenciamento.

Conforme destacam Zerbinatti, Nogueira e Pedro (2018), o campo de Música e Gênero no Brasil consolidou-se principalmente nas últimas quatro décadas, caracterizando-se pela diversidade metodológica e pela pluralidade teórica. Esse processo acompanha o fortalecimento das pesquisas feministas e a ampliação dos debates sobre raça, classe e colonialidade na produção do conhecimento musical.

4.2. Produção Acadêmica e Consolidação do Campo

O levantamento realizado pelo grupo Feminaria Musical (Rosa et al., 2013) representa uma das primeiras pesquisas sistemáticas sobre Música e Gênero no Brasil. O estudo analisou produções acadêmicas desenvolvidas entre 2007 e 2011, identificando crescimento significativo das pesquisas relacionadas às mulheres na música, especialmente em áreas como composição, educação musical, corpo e performance.

Posteriormente, Zerbinatti, Nogueira e Pedro (2018) ampliaram esse mapeamento ao analisar pesquisas produzidas entre 1978 e 2017. As autoras identificaram crescimento expressivo do campo a partir dos anos 2000, período marcado pela ampliação dos debates feministas, criação de grupos de pesquisa e maior inserção das discussões de gênero em congressos e programas de pós-graduação em música.

Apesar desses avanços, os estudos também demonstram que o campo ainda enfrenta importantes desafios institucionais. As discussões de gênero permanecem pouco inseridas em determinadas subáreas da música, enquanto mulheres negras, indígenas e periféricas continuam significativamente invisibilizadas tanto na historiografia quanto na própria produção acadêmica musical.

A pesquisa desenvolvida por Cantuário e Ferreira (2024) reforça essa problemática ao demonstrar que as produções acadêmicas sobre mulheres compositoras concentram-se principalmente em áreas como piano, música contemporânea e violão, evidenciando lacunas importantes em outros contextos instrumentais e culturais.

4.3. Perspectivas Decoloniais e Epistemologias Plurais na Música Brasileira

Os resultados observados também evidenciam o crescimento recente das abordagens decoloniais no campo musical brasileiro. Publicações contemporâneas vêm problematizando os limites eurocêntricos da historiografia musical e propondo perspectivas mais plurais sobre a música brasileira.

A coleção Histórias das Músicas do Brasil (2023), publicada pela ANPPOM, representa exemplo importante desse movimento ao propor abordagens descentralizadas da história da música, valorizando diferentes contextos regionais, práticas culturais e sujeitos historicamente marginalizados.

Da mesma forma, obras como Música e Pensamento Afrodiaspórico (2022), organizada pelo grupo MWANAMUZIKI, ampliam as discussões sobre epistemologias afro-brasileiras, currículos musicais e práticas pedagógicas decoloniais. Essas produções evidenciam a necessidade de construir modelos de formação musical menos eurocêntricos e mais comprometidos com a diversidade cultural brasileira.

Além disso, observa-se crescimento das discussões sobre gênero, raça e colonialidade em eventos científicos da área musical,

indicando fortalecimento institucional gradual do campo de Música e Gênero no Brasil.

Dessa forma, os resultados discutidos demonstram que o campo de Música e Gênero vem se consolidando como importante espaço de produção crítica no cenário musical brasileiro, comprometido não apenas com a visibilização das mulheres na música, mas também com a problematização das estruturas históricas, epistemológicas e institucionais que sustentaram sua marginalização.

5. CONCLUSÃO

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que o campo da Música e Gênero no Brasil está diretamente relacionado às transformações promovidas pelos movimentos feministas, pelos Estudos de Gênero e pelas perspectivas interseccionais e decoloniais nas ciências humanas e sociais. A partir dessas contribuições teóricas, tornou-se possível questionar criticamente a construção historiográfica tradicional da música, marcada pela centralidade de narrativas masculinas, brancas e eurocêntricas, que historicamente invisibilizaram a participação e o protagonismo das mulheres nos diferentes espaços da produção musical.

A análise do desenvolvimento do campo demonstra que os estudos de Música e Gênero no Brasil vêm se consolidando principalmente nas últimas décadas, ampliando o debate sobre representação feminina, produção musical, educação, performance e historiografia. Contudo, o levantamento bibliográfico realizado também evidencia que essa consolidação ainda ocorre de maneira desigual, uma vez que determinadas experiências femininas permanecem mais visíveis do que outras. Mulheres negras, indígenas, periféricas e

pertencentes às classes populares continuam ocupando posições de maior invisibilidade acadêmica e historiográfica, revelando que as desigualdades presentes na sociedade brasileira também atravessam a produção do conhecimento musical.

Nesse sentido, as perspectivas interseccionais discutidas neste trabalho demonstram que gênero não pode ser compreendido isoladamente. As contribuições de autoras como Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro e María Lugones permitem compreender que raça, classe e colonialidade constituem dimensões estruturantes das relações sociais e culturais, influenciando diretamente os modos de acesso, permanência, reconhecimento e legitimidade das mulheres na música. A articulação entre essas categorias evidencia que os processos de exclusão musical são históricos e estruturais, estando vinculados à permanência de lógicas patriarcais, racistas e coloniais no campo artístico e acadêmico.

Além disso, o avanço recente de abordagens decoloniais no campo de Música e Gênero aponta para importantes deslocamentos epistemológicos. Publicações, grupos de pesquisa e debates acadêmicos mais recentes vêm propondo narrativas plurais sobre a música brasileira, valorizando epistemologias do Sul Global e problematizando os critérios tradicionais de legitimação do conhecimento musical. Essas iniciativas contribuem não apenas para ampliar a visibilidade das mulheres na música, mas também para repensar os próprios fundamentos da historiografia musical, dos currículos acadêmicos e das práticas pedagógicas na área.

Dessa forma, o campo de Música e Gênero no Brasil revela-se como um espaço de produção crítica que ultrapassa a simples

recuperação de trajetórias femininas apagadas. Trata-se de um campo comprometido com a problematização das relações de poder que historicamente estruturaram a música e a produção de conhecimento, buscando construir perspectivas mais plurais, inclusivas e socialmente contextualizadas. Ao incorporar abordagens interseccionais e decoloniais, os estudos de Música e Gênero contribuem para compreender a música não apenas como manifestação artística, mas também como espaço de disputa simbólica, política e cultural.

Por fim, conclui-se que a consolidação desse campo depende da ampliação de pesquisas que contemplem diferentes experiências femininas, especialmente aquelas historicamente marginalizadas pelos discursos hegemônicos da música e da academia. Nesse processo, perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais tornam-se fundamentais para a construção de uma epistemologia musical crítica, capaz de reconhecer a diversidade de sujeitos, práticas e saberes presentes na música brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sandra; GUERRA, Maria I. Violência e políticas públicas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 217-232, 2000.

CANTUÁRIO, Sâmia; FERREIRA, Gabriel. *Estudos de Gênero e Música: uma pesquisa bibliográfica sobre a participação feminina na composição musical instrumental*. Relatório de pesquisa (Iniciação Científica) — UFPI/CNPq, 2024.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *Cadernos de Questão Social*, n. 12, p. 51-76, 2020.

- CITRON, Marcia J. *Gender and the Musical Canon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DAVIS, Angela Y. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Maria C.; PORTELA, Maria L. *A história das mulheres no Brasil: perspectivas, tempos e olhares*. São Paulo: Cortez, 2013.
- GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Tenda, 2020.
- GREEN, Lucy. *Music, Gender, Education*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LARSEN, N. *História e gênero: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2022.
- LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 1986.
- MCCLARY, Susan. *Feminine Endings: Music, Gender and Sexuality*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- MOTA, Yanaêh. Gênero e diversidade sexual no debate público contemporâneo. *Revista Estudos de Cultura*, v. 18, n. 3, p. 99-115, 2020.
- NEIVA, Tânia. *História das Mulheres e Estudos de Gênero*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROSA, Laila; et al. Epistemologias feministas e a produção de conhecimento recente sobre mulheres e música no Brasil: algumas reflexões. In: *Estudos de gênero, corpo e música*. São Paulo: ANPPOM, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

ZERBINATTI, Camila; NOGUEIRA, Isabel; PEDRO, Joana. A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais. *Revista Música em Contexto*, v. 30, p. 33-54, 2018.

¹ Pós-graduada em Arranjo e Produção Musical. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)